

Quercus assina Pacto para a Conservação do lince-ibérico em Portugal

27 de Novembro, 2014

A Quercus é a mais recente signatária do Pacto para a Conservação do Lince-ibérico em Portugal. A associação apoia assim esta operação que visa restabelecer uma população selvagem viável, num território que foi parte da sua área geográfica de distribuição histórica. A associação refere, no entanto, num comunicado publicado no seu website, que a reintrodução prevista para Janeiro ou Fevereiro de 2015, possa fraquejar por algumas falhas de planeamento e organização ou por insuficiente alocação de recursos, já que o valor de despesa pública acordada, na ordem dos 2,3 milhões de euros, seja insuficiente face às necessidades "mostrando que, neste aspecto", quer a Secretaria de Estado do Ordenamento do Território e da Conservação da Natureza, quer a Secretaria de Estado da Agricultura, parecem só olhar para o curto prazo, não percebendo a área territorial abrangida nem o alcance do programa de reintrodução desta espécie". A Quercus considera ainda que a "Operação Manutenção dos Habitats do Lince-ibérico", no âmbito da Acção 7.10 – Silvo-ambientais, prevê apoios anuais atribuídos por hectare de superfície elegível, durante o período de compromisso, que vão desde os 10 euros (grande propriedade mais de 200 hectares) até aos 100 euros (pequena propriedade até 50 hectares), que não são minimamente atractivos para os proprietários que se queiram empenhar activamente na conservação da espécie. "Neste contexto, a Quercus exige que ambas as Secretarias de Estado se debrucem sobre este problema nos próximos meses, no sentido de, pelo menos, serem duplicadas as verbas destinadas aos apoios Silvo-ambientais e existir uma modulação dos apoios que possa ser mais eficaz. Por outro lado, a Quercus já manifestou a sua preocupação junto do Instituto de Conservação da Natureza e Florestas (ICNF) face aos atrasos na constituição da equipa de campo, na construção do cercado de pré-solta e na ausência de soluções para prevenir o registo de atropelamentos nos pontos negros já há muito identificados, situações que deverão ser resolvidas o quanto antes, para que não haja a necessidade de se alterar a data prevista para a libertação dos primeiros animais", pode ler-se no comunicado. O pacto pode ser subscrito por qualquer cidadão aqui: <http://areasprotegidas.icnf.pt/lince/index.php/pacto/subscrever>